



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SUPORTE E EM MANUTENÇÃO CORRETIVA DE *HARDWARE*, COM COBERTURA TOTAL DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO EM SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO (*STORAGE*), PARA EQUIPAMENTOS DA MARCA EMC, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. TRF2-EOF-2013/00232

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida a _____, _____ – _____/____, CEP: _____-____, Tel.: (xx) _____-____, Fax: (xx) _____-____, representada neste ato por seu **Representante Legal, Sr. (a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00232, em consequência do Pregão Eletrônico nº 078/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, por despacho lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços especializados em suporte e em manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição em solução e armazenamento (storage), para equipamentos da marca EMC*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em suporte e em manutenção corretiva de *hardware*, com cobertura total de peças de reposição em solução de armazenamento (*storage*), para equipamentos da marca EMC, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 078/2013 e seu Anexo I, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

1.1 – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	SÉRIE	PATRIMÔNIO	QUANTIDADE
01	Dispositivo principal modelo Clarion CX3-40C com 01 rack, 02 unidades service processor	EMC	CK200081400010	0000000082	01
02	Switch FC modelo DS-5000B-00 com 32 portas	EMC / BROCADE	BRCAGF0618D03C BRCAGF0618D03R	-	02
03	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-4G15-146	EMC	AC734072611453 AC761073606392 AC761073012052	0000000083 0000000084 0000000085	03
04	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-SA07-010	EMC	AC735681111163 AC761073705004 AC735084900255	0000000086 0000000087 0000003501	03
05	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-4G15-450	EMC	AC735090902844 AC735083405045	0000003500 0000003499	02

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - Os serviços técnicos de suporte e de manutenção corretiva dos equipamentos, relacionados no item 1.1 deste Contrato, serão prestados pela Contratada, devendo ser observadas as normas a seguir enumeradas:

2.1.1 – A manutenção corretiva do *hardware* consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de módulos que apresentem defeitos e/ou na execução de regulagens e ajustes que se façam necessários;

2.1.2 - Opcionalmente ao seu interesse, a Contratada, após o primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, terá 20 (*vinete*) dias corridos para realizar vistoria dos equipamentos constantes do item 1.1 da Cláusula Primeira, sem prejuízo das atividades objeto deste Contrato, apresentando, após a conclusão

da referida vistoria, relatório discriminando as divergências e ocorrências por ela apuradas;

2.1.2.1 - Decorrido o prazo citado no subitem anterior, a configuração e componentes encontrados nos equipamentos objeto dos serviços serão considerados cobertos para fins de suporte técnico e manutenção corretiva.

2.1.3 - O atendimento técnico pode ser feito por telefone e, caso necessário, no próprio local de instalação do equipamento, observando-se o período base de manutenção da modalidade de atendimento;

2.1.4 - A Contratada deverá ter uma Central de Chamadas (0800 ou ligação local) e prestar um atendimento 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana) para abertura e atendimento dos chamados abertos pelo Contratante;

2.1.5 - No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer número de protocolo para acompanhamento de seu andamento;

2.1.6 - Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá emitir relatório técnico que deverá conter, no mínimo, as informações elencadas a seguir:

2.1.6.1 - Número do chamado;

2.1.6.2 - Data e hora de abertura;

2.1.6.3 - Data e hora do início e do término do atendimento;

2.1.6.4 - Identificação do defeito;

2.1.6.5 - Identificação do equipamento ou componente que apresentou problema;

2.1.6.6 - Providências adotadas.

2.1.7 - A Contratada, após a solicitação do chamado técnico, terá os prazos máximos de 02 (*duas*) horas para atendimento inicial e de 06 (*seis*) horas para tornar os equipamentos disponíveis, ainda que provisoriamente, sem prejuízo das funcionalidades dos mesmos;

2.1.7.1 - Caso coloque os equipamentos disponíveis de forma provisória, a Contratada terá o prazo de 30 (*dias*) para solução definitiva.

2.1.8 - A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços profissionais qualificados e com treinamento especializado em manutenção de equipamentos da linha EMC;

2.1.8.1- Os profissionais, mencionados no subitem anterior, devem possuir treinamento realizado pelo fabricante dos equipamentos, comprovado através de cópia do certificado de conclusão.

2.1.9 - A Contratada deverá instalar serviço de monitoração e acionamento automático do suporte (*call-home*) para todos os componentes gerenciáveis de forma que sejam enviados alertas automáticos à Contratada em caso de falhas do equipamento;

2.1.9.1 - O serviço deverá ser prestado em regime de 24 x 7 ((24 horas, 7 dias por semana));

2.1.9.2 - O custo referente à ativação, desativação e manutenção do serviço será de responsabilidade da Contratada, que deverá fornecer qualquer *hardware/software* que for necessário;

- 2.1.9.3 - Ao receber um alerta do serviço de acionamento automático do suporte, a Contratada deverá providenciar a solução do problema, enviando um técnico ao Contratante caso seja necessário.
- 2.1.10 - Ficarà a cargo da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, a reposição de quaisquer peças que se fizerem necessárias com qualidade e capacidade igual ou superior a das peças que tenham apresentado defeito;
- 2.1.11 - Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas e originais, com garantia, enquanto perdurar o Contrato, salvo nos casos justificados por escrito pela Contratada e aceitos pelo Contratante;
- 2.1.11.1 - As peças colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante.
- 2.1.12 - A Contratada é responsável por eventuais atualizações de *software* tais como instalação de *drivers*, e correções (*patches*) e atualização de *firmware* que se fizerem necessárias a fim de remover as falhas de *hardware* ou para permitir o funcionamento das peças substituídas;
- 2.1.13 - Os serviços de manutenção deverão ser executados, sempre que possível, nas dependências do Contratante e de maneira a não interferirem nas atividades do mesmo;
- 2.1.14 - A Contratada deverá possuir estrutura de suporte técnico e de manutenção no Estado do Rio de Janeiro;
- 2.1.15 - A Contratada poderá, sempre que necessário e sem qualquer ônus para o Contratante, efetuar modificações no sistema a fim de melhorar o seu funcionamento e/ou performance, desde que não sejam alteradas as características funcionais básicas do mesmo e que seja preservada a compatibilidade com os *softwares* instalados, dando conhecimento ao Contratante;
- 2.1.16 - O Contratante poderá, mediante comunicação prévia à Contratada, alterar a configuração dos equipamentos com realização de *upgrades* de memória, processador e HD e instalação de periféricos, no período de vigência do Contrato;
- 2.1.17 - O serviço contratado não contempla o conserto de equipamento danificado por ação do Contratante no que concerne a uso indevido, acidente, alteração de ambiente físico anteriormente definido na especificação do equipamento, manutenção inadequada causada por produto pelo qual a Contratada não seja responsável, bem como cobertura de peças que venham a ser adquiridas após a assinatura deste Contrato e que não tenham sido incluídas no mesmo;
- 2.1.18 - A Contratada administrará e instalará as modificações de engenharia que se aplicarem aos equipamentos.
- 2.1.19 - O local de atendimento é no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Divisão de Suporte Operacional, situado na Rua Acre, nº 80 – 10º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

3.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c as disposições da IN nº 04/2010, o objeto do presente Contrato será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

3.1.1 – **Provisoriamente** – pelo **fiscal técnico** imediatamente após a conclusão dos serviços e depois de efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes deste Contrato;

3.1.2 – **Definitivamente** – pelo **gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante**, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório e, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

3.2 - Os Termos serão emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

3.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couberem, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 04, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

3.4 - Se, após o recebimento provisório for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

3.5 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1- A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.2 - Utilizar na prestação dos serviços objeto do Contrato, mão-de-obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

4.3 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

4.4 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.5 - Permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

4.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços na sede do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros durante a execução dos serviços, ou em consequência destes, ainda que praticado involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.7 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

4.8 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

4.9 - Nos serviços realizados nas dependências do Contratante, manter e entregar os locais onde os referidos serviços se desenvolverem, devidamente limpos e recuperados.

4.10 - Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução do serviço.

4.11 - Fornecer todo material, ferramentas e aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários para a execução dos serviços objeto deste Contrato, não recaindo sobre o Contratante qualquer responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total dos mesmos.

4.12- Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.

4.13 - Ficarão a cargo da Contratada as despesas decorrentes da remoção de qualquer equipamento ou módulo, bem como a responsabilidade dos equipamentos que estiverem sob sua guarda, arcando, portanto, com quaisquer danos.

4.14 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, dados e informações referentes aos serviços realizados, exceto mediante expressa autorização do Contratante.

4.15 - A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços, objeto do presente Contrato, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.

4.16 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

5.1 - DO PREÇO:

5.1.1 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	SÉRIE	PATRIMÔNIO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
01	Dispositivo principal modelo <i>Clarion CX3-40C</i> com 01 <i>rack</i> , 02 unidades <i>service processor</i>	EMC	CK200081400010	0000000082	01		
02	Switch FC modelo DS-5000B-00 com 32 portas	EMC / BROCADE	BRCAGF0618D03C BRCAGF0618D03R	-	02		
03	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-4G15-146	EMC	AC734072611453 AC761073606392 AC761073012052	0000000083 0000000084 0000000085	03		
04	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-SA07-010	EMC	AC735681111163 AC761073705004 AC735084900255	0000000086 0000000087 0000003501	03		
05	Unidade de expansão (gaveta) modelo CX-4PDAE com 15 discos modelo CX-4G15-450	EMC	AC735090902844 AC735083405045	0000003500 0000003499	02		
VALOR TOTAL MENSAL (R\$)							

(OBS.: Código SIASG: 3530)

5.1.2 - O VALOR TOTAL MENSAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

5.1.3 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

5.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas indispensáveis à perfeita execução do objeto contratado.

5.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.2.1 - O pagamento à Contratada será efetuado mensalmente, através de ordem bancária, creditada em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto no documento fiscal, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.2.1.1 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº

3961/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

5.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.2.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.2.2- O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras – NUCOMP, Rua do Acre, nº 80, 16º andar, sala 1604, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.gov.br, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

5.2.3 - Para fins do disposto no subitem 5.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.2.4- Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

5.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB no 765 de 02/08/2007.

5.2.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.2.6 – O pagamento fica condicionado à comprovação de regularidade fiscal da Contratada junto ao Sistema de Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), por força do artigo 195, § 3º, da Constituição Federal.

5.2.6.1 – A Contratada deverá, ainda, manter todas as condições de habilitação durante a vigência do Contrato, inclusive quanto à regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, sob pena de ter o pagamento suspenso até a regularização da situação, em consonância com o estabelecido no Acórdão nº 837/2008-TCU-Plenário.

5.2.7– O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

5.2.7.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

5.2.7.2 - Se os serviços e/ou materiais prestados e/ou fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

5.3 – DO REAJUSTE:

5.3.1 - Os valores contratados, serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N.º índice da data do reajuste

I_o = N.º índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

5.3.2- A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

5.3.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

5.3.4 - Compete à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

5.3.5 - A Contratada poderá exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

5.3.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, condicionada à aprovação do mesmo, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.95	060.071	

6.2 - Na parcela referente ao exercício de 2014, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-á ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

7.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7- O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ª RG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei.

7.11- Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste Termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 078/2013 e seu Anexo I;
- b) Proposta datada de __/__/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntados às fls. __/__ do Processo;
- c) ATESTADO DE VISTORIA fornecido pela Divisão de Suporte Operacional (Rua do Acre, 80, 10º andar – sala 1.003b – Centro – RJ), comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e

das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, juntado à fl. ____ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1- O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação** que será formada pelo **gestor do Contrato e por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

10.3 - Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nos projetos ou especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante prévia autorização da fiscalização.

10.4 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

11.3 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste Instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

12.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, sob a modalidade _____, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

12.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la **válida e atualizada**.

12.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

12.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

12.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

12.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada no 16º andar, sala 1603 A, na sede do Contratante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.013.

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

NOME
EMPRESA
Cargo